

SAIR À RUA CONTRA A VIOLÊNCIA MACHISTA

O polémico acórdão do Juíz Neto de Moura, trouxe a público uma pequena parte do problema que continua sendo o machismo institucional. A legislação sobre a violência doméstica apresenta debilidades e junto com a falta de estruturas ao serviço destas mulheres torna a ação pouco ou nada conseqüente na resposta ao fenómeno. Sabe-se que este ano 85% dos casos de violência doméstica foram arquivados. São 4089 casos em 6299 em que a mulher recua na acusação. O medo parece ser o grande motivo das desistências e para ser combatido é preciso começar por garantir que os profissionais responsáveis pelo processo tenham formação especializada, que haja um acompanhamento e apoio psico-social à vítima, que a pena para o agressor resulte na prisão efetiva, que seja garantido um alojamento seguro para a mulher e para os filhos, assim como mais apoios à natalidade com a atribuição de subsídios e a criação de uma rede de

creches pública. Se estas condições não existem, é porque o sistema judicial faz parte de um sistema económico, político e social que beneficia da própria opressão.

O governo PS tem obrigação de aplicar as medidas necessárias para por fim ao

machismo institucional e acabar com a violência sobre as mulheres. Exigimos que o governo garanta a segurança e proteção das mulheres através de uma estrutura judicial especializada no tema, e que acabe com a desigualdade salarial

e a precariedade, que o valor das rendas seja calculado em função dos rendimentos de modo que a habitação seja acessível a todos, que os programas educativos sejam promotores da igualdade e que a educação e a saúde sejam gratuitas. É urgente que o governo assuma as suas responsabilidades e faça o necessário pela vida das mulheres, dia 25 de Novembro sai à rua contra a violência machista!



CRECHES PÚBLICAS PARA QUANDO?

Se temos escolas públicas do ensino básico e secundário, porque não existe uma rede de creches públicas? Será a educação um direito universal apenas a partir dos 6 anos? Após a licença parental, em que nesta sociedade machista os cuidados dos filhos recaem mais sobre as mulheres, onde deixarão as crianças durante o período laboral? A resposta não pode passar por soluções individuais, como o apoio da família (que nem sempre existe), nem pelas chamadas IPSS que, na sua maioria, estão afectas a instituições privadas ou associadas à Igreja Católica. Num país que defende a educação laica, algo aqui é contraditório. Na cidade de Lisboa, PS e BE anunciaram a abertura de novas vagas em creches, mas estas não serão em instituições públicas. Além do número de vagas ficar muito aquém das necessidades, estas serão em IPSS que servirão os interesses privados e da Igreja, onde serão pagas mensalidades elevadas, num país onde parte significativa da população recebe o salário mínimo. A educação é um direito universal e, por isso, não deve ser privatizado. Defendemos uma rede de creches públicas de qualidade!

Maria do MAS MOVIMENTO ALTERNATIVA SOCIALISTA

Feminismo...

Feminismo para quê?!
Agora a mulher quer ser superior ao homem em tudo!



O Feminismo só quer a igualdade entre géneros!

Isso já existe, já podes trabalhar e até votar!



Recebo menos do que o meu colega por fazer o mesmo trabalho e tenho as mesmas responsabilidades...

Só te queixas! Deixa-te de conversas e vai trabalhar!



Fazem-me acreditar que a responsabilidade das tarefas domésticas é só minha; o cuidado dos meus filhos recai sobre mim; ainda me culpam se for agredida verbal, física ou sexualmente...SÓ UNIDAS E ORGANIZADAS PODEREMOS LUTAR PELA NOSSA EMANCIPAÇÃO!

25 Nov. - Marcha pelo fim da violência contra as mulheres
16h00 - Intendente

30 Nov.- Tertúlia: Mulheres na Revolução Russa -
21h00 - Sede do MAS
Rua António Pereira Carrilho, nº5
2º andar - Arroios